

Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA

PLANO ESTADUAL DE BIOECONOMIA DO AMAZONAS

DOCUMENTO BASE COP30



PARCERIA



iCS+10
ANOS
instituto
CLIMA e SOCIEDADE



Foto: Lucas Bonny



FICHA TÉCNICA

Governador do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima

Vice-Governador do Estado do Amazonas

Tadeu de Souza Silva

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Serafim Fernandes Corrêa

Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação

Jeibi Medeiros da Costa

Chefe do Departamento de Bioeconomia e Ações Estratégicas

Milena Aryce Menta Barker

Gerente do Departamento de Bioeconomia e Ações Estratégicas

Giovanna Beatriz Farias Libânia

Assessora do Departamento de Bioeconomia e Ações Estratégicas

Biatris Lima Rocha

Apoio

Instituto Clima e Sociedade (ICS)

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Superintendente Geral Adjunta

Valcléia dos Santos Lima

Gerente do Programa de Políticas Públicas em Clima e Conservação

Gabriela Sampaio

**Coordenação do Projeto - Plano Estadual de Bioeconomia do Estado de
Amazonas**

Adriana Gasparetti

Coordenação Técnica

Comitê Gestor Interinstitucional da Estratégia Estadual de Bioeconomia do Amazonas, instituído pelo Decreto Estadual nº 51.353 de 2025.

Equipe Técnica de Revisão

SEDECTI

Milena Aryce Menta Barker

Giovanna Beatriz Farias Libânia

Biatris Lima Rocha

FAS

Adriana Gasparetti

Lucas Sarraff

Equipe Técnica de Elaboração

Rios D'Amazon

Jorge Porto

Josilene Jeffres.

1. APRESENTAÇÃO

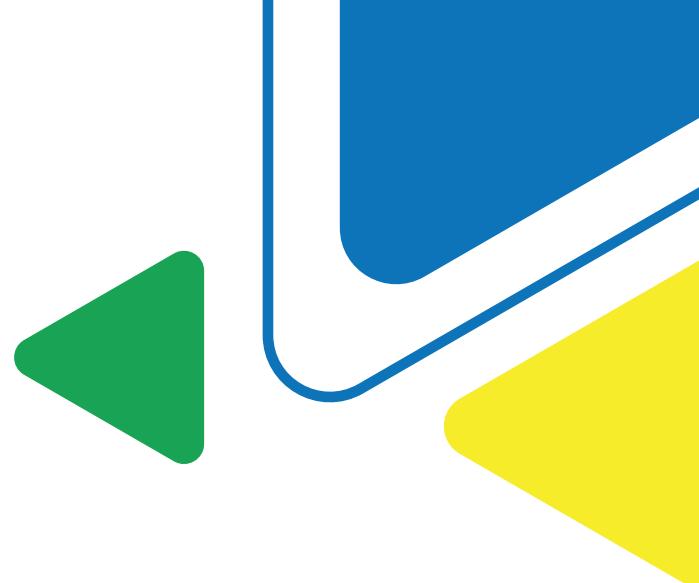
O Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI), apresenta o Plano Estadual de Bioeconomia como instrumento estratégico para orientar a transição da matriz econômica estadual rumo a um modelo sustentável, inclusivo e inovador.

Para o Amazonas, a bioeconomia é compreendida como o sistema econômico que organiza a produção, o fomento, a distribuição e o consumo de bens e serviços oriundos da sociobiodiversidade, de forma sustentável e regenerativa, integrando ciência e saberes tradicionais, geração de trabalho e renda, justiça social e equilíbrio climático.

Estruturado em cinco eixos fundamentais: Governança; Descarbonização e Energia Renovável; Pessoas e Cultura; Ecossistema de Negócios; e Patrimônio Cultural e Genético, o plano propõe uma nova lógica de desenvolvimento regional centrada na valorização da floresta, na inovação científica e tecnológica e na interiorização das oportunidades econômicas.

O Plano de Bioeconomia do Amazonas resulta de um processo participativo e multisectorial iniciado no 1º Encontro de Bioeconomia e Sociobiodiversidade na Amazônia (2019), enriquecido por consultorias técnicas, marcos legais recentes (Leis n.º 7.302 e 7.526/2025; Decreto n.º 51.353/2025) e pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Amazonas.

Sua implementação envolve órgãos públicos, instituições de pesquisa, setor privado e sociedade civil, assegurando transparência, legitimidade e monitoramento contínuo.



SUMÁRIO

1. Apresentação.....	5
2. Contexto e Diretrizes.....	7
3. Arcabouço Jurídico e Institucional da Bioeconomia no Amazonas.....	9
4. Objetivos e Metas Estratégicas.....	10
5. Construção do Plano.....	12
6. Eixos Estruturantes.....	14
Eixo 1 – Governança.....	14
Eixo 2 – Descarbonização e Energia Renovável.....	15
Eixo 3 – Pessoas e Cultura.....	16
Eixo 4 – Ecossistema de Negócios.....	17
Eixo 5 – Patrimônio Cultural e Genético.....	18
7. Integração e Implementação Estratégica.....	19
8. Impactos Esperados.....	20
9. Monitoramento, Avaliação e Salvaguardas Socioambientais.....	22
10. Financiamento e Sustentabilidade Financeira.....	23
11. Desafios, Riscos e Visão de Futuro.....	24



2. CONTEXTO E DIRETRIZES

A bioeconomia é hoje uma estratégia global de sustentabilidade e, na Amazônia, assume dimensão singular ao associar inovação, sociobiodiversidade e justiça socioambiental.

Inspirada nos Princípios de Alto Nível do G20 e institucionalizada no país pelo Decreto n.º 12.044/2024, a bioeconomia surge como estratégia global de sustentabilidade e, na região Amazônica, adquire dimensão singular ao integrar inovação, sociobiodiversidade e justiça socioambiental. O Estado do Amazonas, com área de 1,56 milhão de km² (18 % do território brasileiro) e cerca de 4,2 milhões de habitantes, 97 % de cobertura florestal preservada e mais de 50% da sua área sob proteção, já possui condições excepcionais para protagonizar essa transição.

Com PIB estadual de R\$ 145 bilhões em 2022 e PIB per capita aproximadamente 29% inferior à média nacional, o Amazonas mostra forte dependência da Cidade de Manaus, consubstanciada na Zona Franca de Manaus e no Polo Industrial de Manaus, responsáveis por mais de 80% da produção industrial regional. Esse quadro evidencia a necessidade imperiosa de diversificar e interiorizar a bioeconomia, promovendo arranjos produtivos no interior, agregação de valor aos recursos florestais e justiça territorial.

Este Plano propõe articular sinergicamente a Zona Franca e o Polo Industrial de Manaus com a bioeconomia. A partir da estrutura industrial existente, pretende-se conectar inovação tecnológica, descarbonização industrial e agregação de valor aos recursos da floresta, em especial, as cadeias da sociobiodiversidade, como caminho para uma economia de baixa emissão de carbono e inclusiva. A matriz de orientação inclui os seguintes princípios: (i) sustentabilidade e uso racional dos recursos biológicos; (ii) valorização dos saberes tradicionais e repartição justa de benefícios; (iii) descarbonização e mitigação das mudanças climáticas; (iv) equidade territorial e de gênero; (v) inovação científica e tecnológica aplicada à sociobiodiversidade; (vi) governança participativa e transparente.

Busca-se, assim, promover crescimento econômico com conservação florestal, por meio da articulação entre bioindústrias, agroecologia, reflorestamento e manejo sustentável, integrados em redes territoriais

que conjugam conhecimento, inovação e inclusão social. Diante da riqueza biológica, dos ativos florestais e da capacidade científica do Estado, o Amazonas posiciona-se, portanto, como protagonista de uma bioeconomia tropical estratégica, capaz de aliar conservação, inovação e equidade como alicerces de diversificação produtiva, interiorização e transição para uma nova economia regional.



Foto: Bruno Leão/SEDECTI

3. ARCABOUÇO JURÍDICO E INSTITUCIONAL DA BIOECONOMIA NO AMAZONAS

O Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas é juridicamente amparado por um conjunto coerente de normas estaduais recentes, todas alinhadas às diretrizes da Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto Federal nº 12.044/2024) e aos Princípios de Alto Nível do G20 sobre Bioeconomia. Esse arcabouço transforma a bioeconomia de conceito em política de Estado, articulando governança, inclusão, inovação e sustentabilidade sob marcos normativos sólidos, integrados e complementares.

O arcabouço legal do Estado do Amazonas estrutura-se em três níveis de organização normativa:

- (1) Instrumentos estruturantes da política de bioeconomia, que estabelecem a base institucional e conceitual da estratégia;
- (2) Normas correlatas de sustentabilidade e inovação, voltadas ao fortalecimento das dimensões ambiental, energética e tecnológica;
- (3) Bases complementares de apoio e inclusão produtiva, voltadas à formação, empreendedorismo e valorização cultural.

Em conjunto, esses instrumentos formam um sistema jurídico coerente e hierarquicamente integrado, consolidando a bioeconomia como política pública permanente e eixo estratégico de desenvolvimento sustentável para o Amazonas.



Foto: Eddi Campos

4. OBJETIVOS E METAS ESTRATÉGICAS

O Plano tem como objetivo central transformar o modelo econômico do Amazonas em um modelo sustentável, de baixa emissão de carbono e alta inclusão social, com base em valores de justiça, ética e inclusão, utilizando recursos biológicos e conhecimento tradicional como base da prosperidade regional.

Objetivos específicos:

1. Fomentar o desenvolvimento regional a partir do uso sustentável dos recursos biológicos, assegurando segurança hídrica, alimentar e energética.
2. Valorizar as economias florestais e da sociobiodiversidade, ampliando renda e protagonismo de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PIPCTAFs).
3. Fortalecer a competitividade da produção biológica, alinhando-a à transição para economia de baixa emissão de carbono.
4. Expandir ecossistemas de inovação e empreendedorismo, conectando ciência, tecnologia e saberes locais.
5. Implementar o Sistema Estadual de Informações em Bioeconomia, garantindo transparência e gestão baseada em evidências.
6. Criar instrumentos financeiros e fiscais de fomento, articulando recursos públicos e privados.
7. Ampliar inserção mercadológica dos produtos amazônicos em cadeias regionais e globais de valor.

METAS ESTRATÉGICAS

As metas materializam os objetivos do Plano, orientando políticas e investimentos para uma economia inovadora, inclusiva e territorialmente equilibrada, com foco na interiorização de oportunidades e na redução das desigualdades regionais.

- Fomentar no mínimo 14 redes de conhecimento produtivo sustentáveis de base biológica.
- Implementar no mínimo 10 políticas de incentivo à inovação, com foco em interiorização de polos tecnológicos.
- Formar no mínimo 3.000 pessoas por ano (preferencialmente

PIPCTAFs, mulheres e jovens) em programas descentralizados.

- Reduzir em pelo menos 20% as emissões de carbono em processos bioeconômicos.
- Implementar no mínimo 5 modelos de produção sustentável (agroecologia, manejo florestal, bioindústrias).
- Estruturar no mínimo 5 mecanismos financeiros e fiscais de fomento.
- Ampliar em pelo menos 25% o acesso de PIPCTAFs a políticas de bioeconomia.
- Aumentar em pelo menos 30% a participação de produtos amazônicos certificados.



Foto: Lucas Bonny

5. CONSTRUÇÃO DO PLANO

A elaboração do Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas resultou de um processo colaborativo e multisectorial iniciado em 2019, conduzido pela SEDECTI com apoio técnico de instituições de pesquisa, órgãos governamentais, sociedade civil, setor produtivo e organizações comunitárias.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO ENVOLVEU:

- mais de 80 eventos públicos e técnicos, entre oficinas, seminários e audiências;
- consultas presenciais e virtuais em todas as regiões do estado;
- participação direta de mais de 1.200 pessoas entre gestores, pesquisadores, empreendedores e representantes de comunidades locais;
- contribuições provenientes dos 62 municípios do Amazonas, incorporando realidades socioeconômicas e bioculturais diversas;
- mais de 4000 contribuições na consulta pública, consolidadas, revisadas e organizadas nos cinco eixos estruturantes do Plano;
- Validação interinstitucional com base em políticas correlatas (PPCDQ-AM, PNDBio Nacional, Estratégia Estadual de CT&I, PRDA, Zoneamento Ecológico-Econômico, etc.).
- Esse percurso coletivo reflete o compromisso do Estado com governança participativa, transparência e legitimidade social, assegurando que o Plano represente uma construção pública, científica e cidadã.



Foto: Rodolfo Pongelupe

6. EIXOS ESTRUTURANTES

O Plano de Bioeconomia do Amazonas organiza-se em cinco eixos interdependentes, articulados por integração institucional e territorialização das políticas públicas.

EIXO 1 – GOVERNANÇA

Cria uma arquitetura institucional participativa com conselhos e comitês multissetoriais:

- Conselho Estratégico da Matriz Econômica-Ambiental e de Bioeconomia (Lei 7.302/2025) que define diretrizes e supervisiona resultados.
- Comitê Técnico - coordena programas e projetos.
- Comitê Gestor Interinstitucional da Estratégia Estadual de Bioeconomia (Decreto 51.353/2025; Lei 7.526/2025) que articula secretarias, fundações e ICTs.

A governança adota abordagem territorial e inclusiva, com assento permanente e voto para PIPCTAFs e sociedade civil e prevê audiências públicas, fóruns regionais e plataforma digital de participação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Implementar o Sistema Estadual de Informações sobre Bioeconomia a ser integrado ao Sistema Nacional.
- Estimular parcerias multissetoriais (público-privadas, científicas e comunitárias);
- Promover descentralização e inclusão social, integrando Povos Indígenas, Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs);
- Garantir sustentabilidade financeira e modernização do marco regulatório da bioeconomia;

Instituir mecanismos de governança participativa, monitoramento, financiamento e transparência.

Resultados esperados: governança descentralizada, participação social efetiva, transparência, parcerias multissetoriais, marco regulatório atualizado e sustentabilidade financeira assegurada.

Indicadores: este eixo conta com 18 indicadores que abrangem

a efetividade do planejamento estratégico e dos conselhos e comitês, o fortalecimento de parcerias multisectoriais e a consolidação das políticas públicas a partir da participação social, com ênfase na inclusão de PIPCTAFs, e o cumprimento das metas do plano. Esses indicadores refletem a consolidação de uma governança efetiva, participativa e intersetorial, capaz de garantir estabilidade, transparência e legitimidade à política estadual de bioeconomia.

EIXO 2 – DESCARBONIZAÇÃO E ENERGIA RENOVÁVEL

Integra a bioeconomia à transição energética de baixa emissão de carbono. Fundamenta-se em leis estaduais que dispõem sobre a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, de Incentivo ao Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia e Eficiência Energética, do Hidrogênio Renovável e o Sistema Jurisdicional de REDD+ do Amazonas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Reduzir emissões de GEE nas redes de conhecimento produtivo e ampliar o uso de fontes renováveis (solar, biomassa, biogás, pequenas centrais hidrelétricas - PCHs).
- Estruturar o mercado de carbono estadual, com certificação e monitoramento (MRV).
- Estimular projetos de uso de resíduos e biogás.
- Interiorizar o acesso à energia limpa, fortalecendo a autonomia comunitária.
- Modernizar o marco regulatório e criar incentivos fiscais voltados à bioeconomia de baixa emissão de carbono.

Resultados esperados: Cadeias bioeconômicas de menor intensidade de carbono, comunidades abastecidas por energias renováveis e inclusão digital, mercado de carbono regulado e certificado, empregos verdes e expansão da economia circular, marco regulatório e incentivos fiscais modernizados.

Indicadores: Foram definidos 15 indicadores que avaliam a redução de emissões de gases de efeito estufa, a captação de recursos de créditos de carbono e projetos sustentáveis, além do avanço das energias renováveis e do uso eficiente de recursos com geração de empregos verdes e acesso à energia limpa. Refletem o compromisso do Estado com mitigação climática, inovação energética e consolidação de uma

bioeconomia de baixa emissão de carbono e impacto social positivo.

EIXO 3 – PESSOAS E CULTURA

Foca na inclusão social, diversidade cultural e equidade. Promove a valorização dos saberes tradicionais, da economia criativa e da formação de capital humano.

AÇÕES ESTRATÉGICAS:

- Promover educação e qualificação técnica descentralizada, transferência de conhecimento e inovação comunitária.
- Ampliar a empregabilidade e o empreendedorismo social voltados à bioeconomia.
- Valorizar identidades culturais e conhecimentos tradicionais como ativos estratégicos da bioeconomia.
- Fomentar a economia criativa em comunidades e territórios indígenas.
- Implementar salvaguardas dos conhecimentos tradicionais e repartição justa de benefícios.

Resultados esperados: formação de profissionais qualificados, fortalecimento da identidade amazônica, geração de renda cultural, redução das desigualdades e consolidação de redes de conhecimento produtivo comunitário.

Indicadores: este eixo possui 12 indicadores que medem ações de promoção cultural, integração de conhecimentos tradicionais às redes de conhecimento produtivo, programas de capacitação e aplicação prática dos aprendizados, que acompanham a participação comunitária, a geração de empregos verdes e o fortalecimento de empreendimentos com repartição de benefícios. Em conjunto, refletem o compromisso do Estado com uma bioeconomia inclusiva, que valorize as pessoas, conhecimento tradicional e científico e a diversidade cultural.

EIXO 4 – ECOSISTEMA DE NEGÓCIOS

Visa transformar o Amazonas em ambiente competitivo para bioempreendimentos sustentáveis. Integra empresas, ICTs, cooperativas e startups em polos de inovação bioeconômica.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Mapear setores e identificar oportunidades de negócios sustentáveis na bioeconomia.
- Estruturar redes de conhecimento produtivo socioeconômico com foco em competitividade e sustentabilidade.
- Promover ambientes regulatórios estáveis e atraentes para investimentos em bioeconomia.
- Estimular inovação e apoiar empreendedores e startups bioeconômicas.
- Ampliar acesso a financiamento, certificações e mercados nacionais e internacionais para produtos da sociobiodiversidade.

Resultados esperados: aumento da competitividade, diversificação da base produtiva, ampliação do investimento privado sustentável e expansão da participação regional em mercados nacionais e internacionais.



Foto: Dirce Quintino

Indicadores: são 15 indicadores que avaliam o fortalecimento das redes de conhecimento produtivo e o ambiente econômico da bioeconomia, para a estruturação de setores estratégicos, a criação de redes produtivas, a agilização do ambiente regulatório e a agregação de valor nos produtos e serviços da sociobiodiversidade. Dessa forma, refletem o compromisso do Estado em criar um ambiente de bionegócios sustentável, simplificado, participativo e inovador.

EIXO 5 – PATRIMÔNIO CULTURAL E GENÉTICO

Trata da proteção, uso sustentável e repartição de benefícios do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados. Reconhece a biodiversidade amazônica como ativo econômico, científico e cultural estratégico.



Foto: Dirce Quintino

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Conservar e proteger o patrimônio genético e os saberes tradicionais associados.
- Estabelecer governança transparente para acesso, uso sustentável e repartição de benefícios.
- Valorizar práticas culturais e conhecimentos tradicionais como ativos estratégicos da bioeconomia.
- Estimular inovação em bioproductos e biotecnologias a partir de recursos genéticos amazônicos.
- Ampliar certificações, indicações geográficas e marcas coletivas para produtos da sociobiodiversidade.
- Garantir repartição justa e equitativa de benefícios entre comunidades e parceiros da bioeconomia.

Resultados esperados: fortalecimento das cadeias de produtos florestais não madeireiros, reconhecimento de saberes tradicionais, proteção da propriedade intelectual comunitária e distribuição equitativa dos benefícios econômicos.

Indicadores: Os 15 indicadores deste eixo visam avaliar a implementação de protocolos de consulta à PIPCTAFs e a repartição de benefícios, a regularização de acesso e ações contra biopirataria, o registro de ativos de propriedade intelectual e certificações para agregação de valor, a partir da inovação e parcerias. Refletem o compromisso do Estado para consolidar o Amazonas como referência em proteção da biodiversidade, dos saberes tradicionais e das economias locais.

7. INTEGRAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO ESTRATÉGICA

A execução do Plano de Bioeconomia do Amazonas ocorrerá de forma interinstitucional e transversal, integrando políticas do PPA 2024–2027 aos cinco eixos.

Serão articulados 21 programas estaduais compatíveis com a Estratégia de Bioeconomia, abrangendo governança, sustentabilidade, inovação, cultura e infraestrutura.

A coordenação geral caberá ao Governador do Estado, com a SEDECTI como secretaria executiva e apoio do Conselho Estratégico.

A operacionalização envolverá a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC), Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA), Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (SECT), autarquias e fundações (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM etc.), empresas públicas (Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA, Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS, Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR) e organizações sociais (Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM, Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC).

A ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO INCLUIRÁ:

- Planos regionais de bioeconomia e polos territoriais interligados;
- Sistema de monitoramento e indicadores único e integrado ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio) e compatível com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Integração com Planos e Programas Nacionais (PNDBio, PTE, PNAPO, PRONAF, PNAE, PAA);
- Captação de recursos multilaterais e parcerias internacionais;
- Campanhas de comunicação e educação ambiental para mobilização social.

8. IMPACTOS ESPERADOS

O Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas projeta impactos integrados em dimensões alinhadas aos Eixos Estruturantes e indicadores de desempenho. O objetivo é consolidar a bioeconomia como vetor de desenvolvimento sustentável, competitividade regional e resiliência climática, transformando ciência, cultura e natureza em prosperidade duradoura.

Ambientais: fortalecimento da conservação da biodiversidade, redução do desmatamento, estímulo ao reflorestamento e neutralidade de carbono, em consonância com a descarbonização e serviços ambientais.

Econômicos: aumento da produtividade das cadeias bioeconômicas, diversificação da base industrial e crescimento do PIB verde, impulsionado por redes de conhecimento, inovação, crédito e acesso a mercados.

Sociais: fortalecimento de povos e comunidades tradicionais, inclusão de mulheres e jovens, ampliação da qualificação profissional e geração de empregos sustentáveis, refletindo os eixos de Pessoas e Governança Participativa.

Culturais: valorização dos saberes ancestrais, reconhecimento das identidades territoriais e incorporação dos conhecimentos tradicionais como ativos de valor econômico e simbólico.

Científico-tecnológicos: ampliação da pesquisa aplicada, da biotecnologia e da transferência de conhecimento, integrando universidades, centros de pesquisa e comunidades no desenvolvimento de bioproductos.

Em conjunto, esses impactos representam mudança estrutural no desenvolvimento amazônico, posicionando o Amazonas como referência nacional e internacional em bioeconomia tropical — inovadora, inclusiva e de baixa emissão de carbono, que harmoniza floresta em pé, prosperidade local e segurança climática.



Foto: Michael Dantas

9. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS

O monitoramento e a avaliação do Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas asseguram transparência, eficiência e controle social, garantindo a efetividade das políticas e o uso responsável dos recursos públicos e naturais. O sistema permitirá acompanhar resultados em tempo real, medir impactos e ajustar estratégias, fortalecendo a governança interinstitucional e a tomada de decisão baseada em evidências.

A avaliação será conduzida pelo Comitê Gestor Interinstitucional, sob coordenação da SEDECTI, e validada pelo Conselho Estratégico da Matriz Econômico-Ambiental e de Bioeconomia, com revisão bienal de metas e indicadores, apoiada por relatórios e auditorias independentes. Será implementado um Sistema Integrado de Gestão e Informação da Bioeconomia e criado o Observatório Estadual de Bioeconomia.

Como princípio transversal, o Plano incorpora salvaguardas socioambientais que garantem respeito aos direitos humanos, à integridade ecológica e às comunidades locais, estruturadas em quatro dimensões:

- Ambiental – prevenção de impactos e conservação dos ecossistemas;
- Social – proteção dos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, com consentimento livre e informado;
- Econômica e Cultural – repartição justa de benefícios e valorização dos saberes tradicionais;
- Governança e Ética – transparência, auditoria e critérios éticos no uso do patrimônio genético e do conhecimento associado.

Essas salvaguardas integrarão os instrumentos de monitoramento, com indicadores específicos e verificação social e ambiental, servindo também como critérios de elegibilidade para programas e fundos da bioeconomia.

10. FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O financiamento da bioeconomia amazonense baseia-se em mecanismos inovadores que garantem continuidade institucional, estabilidade fiscal e expansão dos investimentos sustentáveis. A estratégia combina instrumentos financeiros verdes, incentivos econômicos e parcerias multisectoriais, promovendo inovação, inclusão produtiva e descarbonização sob coordenação da SEDECTI e do Comitê Gestor Interinstitucional. O modelo articula fontes públicas, privadas e internacionais voltadas à sustentabilidade e à redução da dependência orçamentária. Ao integrar fundos públicos, instrumentos de mercado e finanças verdes, o plano estimula investimentos éticos e de impacto, consolidando o Amazonas como referência em finanças sustentáveis e na convergência entre floresta, inovação e prosperidade. .

Entre os principais instrumentos de financiamento previstos estão:

- Fundo Estadual de Bioeconomia para projetos estruturantes, com mecanismos de garantia e fundos de primeiras perdas que ampliam o crédito a empreendimentos comunitários e cooperativas, articulado à ATER qualificada;
- captação de recursos junto a bancos verdes e organismos internacionais (BID, GEF, GCF);
- emissão de Títulos Verdes e Créditos de Biodiversidade vinculados à conservação e serviços ecossistêmicos;
- incentivos fiscais e creditícios para empresas, startups e cooperativas da sociobiodiversidade;
- parcerias público-privadas e fundos de impacto socioambiental voltados à interiorização de investimentos;
- e instrumentos nacionais de financiamento verde, como o ECOINVEST do Tesouro Nacional, para crédito e títulos sustentáveis alinhados à transição ecológica e a critérios ambientais, sociais e de governança com impacto mensurável.

11. DESAFIOS, RISCOS E VISÃO DE FUTURO

A implementação do Plano Estadual de Bioeconomia do Amazonas é uma oportunidade histórica de alinhar desenvolvimento econômico, conservação ambiental e inclusão social sob um modelo de governança participativa e inovação sustentável. O plano reconhece que os desafios institucionais, ambientais e estruturais são também vetores de aprimoramento, capazes de fortalecer a nova economia amazônica e consolidar o Estado como referência global em bioeconomia tropical.

A execução ocorre em um contexto complexo, no qual riscos reais precisam ser enfrentados de forma sistêmica. Entre eles: limitação de infraestrutura e logística em áreas remotas; dependência da Zona Franca de Manaus e necessidade de diversificação produtiva; mudanças climáticas com estiagens e enchentes severas; pressões do desmatamento, garimpo e grilagem; precarização laboral e baixa qualificação técnica; e fragilidade no financiamento contínuo para inovação e sustentabilidade.

O plano busca transformar esses riscos em agendas estratégicas, promovendo cooperação entre governo, setor produtivo, academia e sociedade civil. As frentes prioritárias incluem a integração com a Zona Franca de Manaus, gerando sinergias industriais e tecnológicas; estabilidade institucional e financeira com planejamento multianual; valorização dos conhecimentos tradicionais, repartição justa de benefícios, democratização da inovação e segurança jurídica para atrair investimentos éticos e regenerativos.

A Visão 2076 projeta o Amazonas como referência mundial em bioeconomia tropical, com a floresta em pé, sustentando uma economia de baixa emissão de carbono baseada em óleos, fibras, frutos, bioinsumos e biocosméticos. A Zona Franca de Manaus se reinventará como polo de inovação verde, articulado às cadeias produtivas do interior. O futuro econômico do estado deixará de se apoiar no benefício fiscal e se afirmará no benefício ecológico, climático e social, tornando o Amazonas protagonista da nova economia verde global.



Foto: Dirce Quintino

Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA